



Desde a independência em relação ao Reino Unido em 1970, Fiji testemunhou agitação política considerável, com rivalidades contínuas entre os fijianos indígenas e as comunidades étnicas indianas. A instabilidade política ameaçou a democracia, com quatro golpes militares em 20 anos.

Em Fiji, as crenças religiosas estão estreitamente ligadas à identidade racial e, por isso, afetam diretamente a política na ilha. A maioria dos fijianos indígenas são cristãos. Do total da população, segundo o recenseamento de 2007, 64% da população é cristã, 28% hindu, 6% muçulmana e 2% de outras religiões ou sem religião.^[1]

DISPOSIÇÕES LEGAIS EM RELAÇÃO À LIBERDADE RELIGIOSA E APLICAÇÃO EFETIVA

O antigo presidente de Fiji, Epeli Nailatikau, aprovou e passou a lei a quarta Constituição do país em setembro de 2013, implementando diversas mudanças. Estas mudanças incluíram a eliminação dos cadernos eleitorais e das cotas baseadas na etnia, a representação baseada no distrito, a câmara superior não eleita, e o papel do Conselho de Chefes hereditário. A Constituição declara Fiji como Estado secular, mas garante aos cidadãos o direito a

demonstrarem a sua religião através do culto, da observância, da prática e do ensino.

INCIDENTES

A desconfiança do Estado em relação à Igreja influenciou a Constituição ao ponto de nenhum dos seus artigos poder ser ignorado por razões religiosas. A maior e mais influente denominação cristã é a Igreja Metodista, com cerca de 290 mil membros, ou seja, cerca de um terço da população. Em 2014, o Governo levantou as restrições que tinham impedido a Igreja Metodista de realizar a sua conferência anual de 2009 a 2011, depois de alegações de que a Igreja se tinha tornado demasiado política.^[2] Os pastores metodistas foram acusados de estarem na folha de pagamentos do Governo deposto de Soqosoqo Duavata ni Lewenivanua e de espiares os militares antes do golpe de 2006. A proibição foi levantada após um anúncio por parte dos líderes da Igreja que afirmava que esta era apolítica. O clero que desejasse contestar as eleições foi convidado a demitir-se e foi proibido de apoiar um partido político ou um candidato específico.

Em 2013, o Governo acusou a Igreja Católica de espalhar a desinformação. O primeiro-ministro Commodore Voreqe Bainimarama disse que a Igreja se arriscava agravando a opinião pública ao fazer comentários críticos à nova Constituição. A agência noticiosa Fides referiu, em 2013, que

[1] <http://www.state.gov/j/drl/rls/irf/2014/eap/238296.htm>

[2] <http://fijilive.com/news/2013/06/methodist-conference-to-go-on-as-planned/54122>. Fijilive

o Arcebispo Peter Loy Chong, de Suva, expressou os seus receios em relação à Constituição: “Estamos preocupados se um Estado secular quer reduzir a fé a uma questão puramente individualista.”

Muitas organizações religiosas, incluindo grupos anglicanos, católicos, hindus, metodistas e muçulmanos, gerem inúmeras escolas e vários grupos missionários estão envolvidos em projetos de bem-estar social, saúde e educação. As organizações não governamentais juntaram diferentes grupos religiosos para promover o respeito e a compreensão das tradições.

PERSPECTIVAS PARA A LIBERDADE RELIGIOSA

Durante o período em análise, houve relatos de perseguições a grupos religiosos considerados por alguns como estando fora do sistema. Os grupos religiosos são obrigados a registrar-se junto do Governo ao abrigo da Lei de Registo dos Órgãos Religiosos e são necessárias autorizações para realizar encontros na igreja. Alguns grupos religiosos relataram que tiveram dificuldades em trabalhar em algumas aldeias e ilhas menores. As autoridades também investigaram o vandalismo de uma sala de oração hindu na Escola Primária Nadi Arya Samaj, em abril de 2014.